

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.521 - SP (2019/0364591-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BRADESCO SEGUROS S/A**  
**ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825**  
**AGRAVANTE : SIEMENS LTDA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE DE ALMEIDA CARDOSO - SP149394**  
**AGRAVADO : SERGIO CAVINA BOANADA**  
**ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954**

**DESPACHO**

Trata-se de agravo interposto por BRADESCO SEGUROS S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial, interposto em face acórdão assim ementado:

PLANO DE SAÚDE. Autor demitido/aposentado. Manutenção do plano de saúde coletivo da empregadora nas mesmas condições que gozava na ativa. Incidência do artigo 31 da Lei nº 9.656/98, que determina paridade de tratamento entre empregados ativos e inativos. Manutenção do autor no mesmo plano após seu desligamento, que apresenta no entanto, diferenças acerca da forma do cálculo do prêmio para aposentados e demitidos, o que, em última análise equivale a manter o funcionário inativo em condições diversas dos empregados ativos. Evidente distinção de tratamento entre os empregados ativos e inativos, que vão muito além do subsídio prestado pelo empregador. Ônus das requeridas de comprovar que a mudança do método do cômputo do valor do prêmio para faixa etária também ocorre em relação aos empregados ativos. Reconhecimento do direito do autor de ser mantido no mesmo grupo dos funcionários ativos (seja em relação à cobertura do plano ou à formação do preço. subfatura dos ativos), arcando com a totalidade do prêmio, a ser apurada em sede de liquidação de sentença, diante da ausência de elementos seguros de sua composição. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça em casos similares, relativos ao mesmo plano coletivo. Ação procedente. Recurso provido.

Os embargos declaratórios opostos foram rejeitados.

Em suas razões, a parte recorrente alega violação do art. 31 da Lei n. 9.656/98. Sustenta que "o v. acórdão recorrido deu interpretação equivocada ao art. 31 da

Lei nº 9.656/98 e às normas regulamentares que envolvem a questão quando desconsiderou que a criação de parâmetros diferenciados para os aposentados – que pela idade possuem maior risco de utilização do seguro – não importa em qualquer violação aos direitos dos segurados e serve para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato" (fl. 588).

Verifico que a controvérsia dos autos trata do tema afetado à Segunda Seção deste Superior Tribunal, sob o rito dos repetitivos - artigo 1.036 do Código de Processo Civil de 2015, nos RESPs 1.818.487/SP, 1.816.482/SP e 1.829.862/SP, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, vinculado ao Tema 1.034, com determinação para suspensão da tramitação, em âmbito nacional, dos processos que versem sobre a questão afetada, mantida, no entanto, a possibilidade de concessão de medidas urgentes pelas instâncias ordinárias.

Com efeito, as ementas das propostas de afetação acolhidas pela Segunda Seção em 29.10.2019, com idêntico teor, têm a seguinte redação:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.

2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

Desse modo, caracterizada a identidade de questão de direito submetida à sistemática dos recursos repetitivos, devem ser devolvidos os autos ao Tribunal de origem, nos termos do artigo 256, L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, II, do Código de Processo Civil/2015, determino a devolução destes autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para nele permanecerem sobrestados até a conclusão do julgamento do

# *Superior Tribunal de Justiça*

mérito dos recursos recebidos como representativos da controvérsia (Tema 1.034), e, após, que se proceda em conformidade com os comandos dos artigos 1.040 e 1.041 do referido código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora